

CORDEIRO, I. C.; GUERRA, M. J. A presença de Barthes no século XXI. *ReVEL*, v. 23, n. 45, 2025. [www.revel.inf.br].

A PRESENÇA DE BARTHES NO SÉCULO XXI

The presence of Barthes in the 21st century

Isabel Cristina Cordeiro¹

Maria José Guerra²

isacris@uel.br

majogue@uol.com.br

RESUMO: Este trabalho pretende mostrar a atualidade da obra de Roland Barthes, a contemporaneidade de uma “aventura semiológica” para a compreensão dos mecanismos de construção simbólica sobre os quais se constroem os valores que guiam as sociedades do século XXI. O avanço tecnológico aliado a uma sociedade sustentada pela lógica das relações mercantis produz uma comunicação discursiva capaz de redimensionar as estratégias retóricas em função de mitologias que expressam a sustentação simbólica dos valores direcionados pelo mercado e pelo espetáculo. Neste trabalho, busca-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica, consultando obras do Mestre francês como *Mitologias* (1987), *A Retórica Antiga* (1975), *O Efeito do Real* (1984), *Aula* (2007) e outras, mostrar como são adequadas as propostas de Barthes para a compreensão do mundo deste século.

PALAVRAS-CHAVE: Mitologias; Retórica; Comunicação.

ABSTRACT: This paper aims to demonstrate the relevance of Roland Barthes’s work in the present day and the contemporaneity of a “semiological adventure” as a means to understand the mechanisms of symbolic construction that underlie the values shaping 21st-century societies. The technological advances combined with a society driven by the logic of market relations give rise to a discursive communication capable of redefining rhetorical strategies in accordance with mythologies that express the symbolic foundation of values guided by the market and spectacle. Through bibliographic research and the consultation of works by the French scholar—such as *Mythologies* (1987), *The Old Rhetoric* (1975), *The Reality Effect* (1984), *The Lesson* (2007), among others—this study seeks to show how Barthes’s propositions remain well-suited to the understanding of the contemporary world.

KEYWORDS: Mythologies; Rhetoric; Communication.

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), da Universidade Estadual de Londrina.

² Docente do PROFLETRAS, da Universidade Estadual de Londrina.

INTRODUÇÃO

A obra do autor francês Roland Barthes vai além do século XX. Mostra-se como uma obra capaz de descortinar “um sistema simbólico e semântico de nossa civilização” (Barthes, 2002, p. 525); isto é, aponta os meios de desenvolver cientificamente uma análise dos processos por meio dos quais as elites políticas e econômicas convertem a própria cultura de classe histórica em natureza universal. É desse roubo histórico que trata a obra barthesiana, desde o **Grau Zero da Escrita** (2000), ainda nos anos cinquenta do século passado, com Flaubert no centro das análises, até **Aula** (2007), no final dos anos setenta, cujas palavras revelam a maturidade do pensador. Essa é a questão essencial na obra do Mestre francês e que não perdeu a atualidade, tendo em vista a sociedade contemporânea tecnológica, volátil e alicerçada pelas relações mercadológicas.

Barthes busca uma gramática da modernidade. Uma gramática que dê conta da construção social do sentido na comunicação social contemporânea. Nos anos cinquenta do século passado, o olhar barthesiano antevia um letramento semiótico por meio de signos das sociedades de mercado – sabão em pó, filmes épicos, cozinha ornamental, utensílios de plástico, os “pormenores supérfluos” (1984, p.87), os epítetos – são deslocados paulatinamente da descrição para a narração e passam a cumprir uma função referencial no discurso. Trata-se de uma constelação de *mitologias* cotidianas que compõem e sustentam o modo de ser, agir e pensar das sociedades deste século.

Barthes é um autor plural, porém, ao mesmo tempo, trata-se de um francês formado na mais genuína tradição cultural: de Racine e Molière a Saussure e Michelet, passando por Flaubert e Zola. É, exatamente, esse duplo – tão bem apresentado em **Barthes por Barthes** (1977) – que o torna singular e, ainda, impõe-lhe uma reflexão crítica permanente sobre as próprias ideias.

Diante da amplitude da obra barthesiana, procuramos aqui alguns pontos – ou algumas balizas, como ensina o Mestre – que possam elucidar essa aventura em busca de um olhar científico que possibilite a compreensão dos processos simbólicos por meio dos quais as classes que controlam o poder político e econômico convertem a cultura histórica em natureza universal. Essa questão não é uma questão somente do século XX; ao contrário, torna-se ainda mais urgente neste século. A internet, as redes sociais eletrônicas, as grandes plataformas digitais, as grandes empresas de

tecnologia tornam, cada vez mais, o artificial em natural, criam uma natureza cibernética. Este é o lugar onde o pensamento barthesiano é mais desafiador: desatar o sistema semântico que sustenta as mitologias digitais.

Propomos aqui a reflexão sobre alguns poucos textos barthesianos, principalmente, obras como **Mitologias** (1987) e **A Retórica Antiga** (1975) e **O Efeito do Real** (1984), os quais podem traçar algumas balizas para dimensionar o alcance do pensamento de Roland Barthes para a compreensão do mundo contemporâneo.

1. BARTHES E A AVENTURA SEMIOLÓGICA

A Aventura Semiológica (Barthes, 2002, p.525-526) é um bom lugar para olhar a obra de Roland Barthes com os pés no século XXI. Trata-se de uma conferência pronunciada na Itália por ocasião do 1º Congresso da Associação Semiótica em Milão, em junho de 1974 e, dias depois, essa mesma conferência é publicada, na íntegra, pelo jornal Le Monde. Nesse texto, o autor inicia uma conversa com o leitor reconhecendo que a crítica da época reserva à Semiologia um lugar de “ciência reacionária ou indiferente ao compromisso ideológico” (Barthes, 2002, p. 521); entretanto, o que vai ser apresentado ao leitor nesse artigo é, ao contrário, uma ciência profundamente comprometida com o componente ideológico, comprometida com a análise científica das construções simbólicas dos aspectos ideológicos do discurso.

Barthes prossegue e explicita sua condição de semiólogo: diz que não representa a semiologia nem o estruturalismo e que um homem sozinho não pode representar uma ciência. Afirma que, para ele, a Semiologia é uma *aventura*: “a semiologia não é uma causa [...] é uma aventura”; uma aventura pessoal, mas não subjetiva, pois coloca-a baseada na cientificidade, em critérios e diretrizes científicas que lhe garantem a crítica transparente do próprio discurso.

É com esse espírito de aventura que o pesquisador apresenta-se como alguém que tem coragem de ir além e entender os significados dos discursos sociais da contemporaneidade, sejam eles eletrônicos, presenciais, orais ou escritos. Uma aventura que permite compreender de que maneira os alicerces simbólicos do pensamento contemporâneo estão traçados.

Nesse caminho, para entender Barthes, é necessário considerar as obras levando em conta o desenvolvimento do pensamento do autor e a completude e

clareza que ele, cada vez mais, confere às ideias fundadas nas propostas da Semiologia. É possível, seguindo a ordem cronológica, começar a ler as ideias barthesianas por meio do primeiro livro publicado, em 1953, **O Grau Zero da Escrita**. O livro começa nos avisando que para entender a linguagem é preciso ir além, ir à “História e o partido que dela se toma” (Barthes, 2000, p.3). Esse compromisso com a História e a condição histórica dos estudos da linguagem estão presentes em toda a obra do autor, como uma antevisão das demandas deste século em relação à necessidade de contextualização dos estudos linguísticos na sociedade e na cultura.

As questões essenciais do autor têm início, como explica o próprio Barthes em **Aventura Semiológica** (2002), desde os anos cinquenta do século XX, com a publicação de **Mitologias** (1987), em 1957, e os estudos sobre o sistema de significação da moda do mesmo ano. São trabalhos que começam a buscar um caminho para os estudos da linguagem que possa ultrapassar o olhar pequeno burguês sobre a história. Entretanto, para compreender a amplitude dessas *mitologias*, é preciso entender a fala – “o mito é uma fala” (Barthes, 1987, p. 131) – o discurso, a *retórica*.

Pensar na busca pela compreensão das artimanhas do discurso leva a uma trajetória que vai à Retórica Clássica, com Aristóteles e outros clássicos. Nesse percurso, o ponto de vista barthesiano revela que o mito nas sociedades de mercado é “uma fala”, e isto remete aos Clássicos, ao diálogo com a **Retórica** (1991) e, em particular, com a **Poética** (1988), quando Aristóteles ressalta que o que conduz a tragédia são as ações. Nesse ponto, as *mitologias* desvendam essa outra sociedade, que refaz o mundo clássico de acordo com as artimanhas do mercado, deixam clara essa sociedade da comunicação, do espetáculo midiático em que se vive na contemporaneidade.

De acordo com o autor francês, as sociedades de mercado da modernidade são erguidas sobre bases discursivas que compõem as mitologias contemporâneas, encarregadas de atribuir um valor de equivalência aos significados lexicais que irão circular na comunicação social. São as *mitologias* contemporâneas que se compõem como fala, como discurso. É como discurso que assumem o estatuto retórico, a partir do qual é preciso contextualizar a análise barthesiana.

Roland Barthes, mais de uma década depois da publicação das **Mitologias**, tece um cuidadoso panorama retórico contextual, de onde as mitologias

contemporâneas podem ser mais bem situadas. O artigo **A Retórica Antiga** (1975) oferece um claro contexto da dimensão retórica, o que auxilia a compreensão dos mecanismos discursivos contemporâneos de construção do sistema simbólico da cultura contemporânea.

2. BARTHES E A RETÓRICA

A moderna retórica, como explica Roland Barthes no artigo **A Retórica Antiga** (1975), recuperada, principalmente, a partir das demandas sociais criadas em meados do século XX, vai progressivamente ganhando força como disciplina e novas linhas de abordagem retórico-argumentativas vão sendo desenvolvidas com resultados relevantes para as Ciências Humanas.

Não se pode esquecer de que os estudos do discurso, da retórica e da argumentação passam por uma longa trajetória até o final do século XIX, quando se descolam de seu caráter original de reflexão linguística e sociopolítica, vinculando-se, então, a uma perspectiva mais ligada à poética e ao embelezamento do discurso. É no período da Guerra Fria que as grandes potências tiram seu poder de combate da palavra. Resgata-se, assim, a Retórica em sua função original de reflexão de disciplina ligada ao embate político. A proposta é analisar o papel desempenhado pelas estratégias argumentativas nas formações sociais e nos modos de vida contemporâneos e tentar desvendar os mecanismos retóricos presentes na argumentação midiática que cumprem, como na *polis* grega e na *urbis* romana, a tarefa de assegurar a manutenção dos valores morais nas sociedades de mercado.

É importante lembrar que o discurso é o lugar em que a racionalidade se apropria das crenças e fundamentos compartilhados para consolidar valores racionais construídos socialmente. Essa questão, em pauta desde os Clássicos, está presente nos meios de comunicação da pós-modernidade, sejam eles impressos ou eletrônicos. Há, nas mídias do século XXI, comprometimento moral na construção e manutenção dos valores de sustentação ética e política da sociedade.

A indústria cultural abastece os significados que a expressão midiática faz circular. Os meios massivos de comunicação deste século são preenchidos com significados formados por produtos da cultura. Ao contrário do que se pode supor à primeira vista, o papel desempenhado pela *Mass Midia* vai muito além de veículo de vendas, de informação, a função é muito mais propagar – propaganda de valores

ideológicos. A publicidade, o jornalismo, o cinema, inúmeros discursos dos meios de comunicação contemporâneos surgem como decorrência dessa propagação de valores morais. Há o propagar das ideias, dos valores implícitos no imaginário social de mercado. Esses mecanismos discursivos podem ser exemplificados nas análises de Barthes em **Mitologias** e contextualizados com mais precisão a partir dos estudos retóricos do autor.

Os discursos das mídias contemporâneas, com todo o avanço técnico, cumprem perfeitamente o papel a eles designado porque respeitam alguns fatores decisivos para a comunicação. Do ponto de vista da construção retórica, há uma elaboração eficiente que abrange vários aspectos. A questão retórica, de acordo com Roland Barthes (1975), mostra que essa disciplina, em sua origem, está ligada à política.

Logo no início do artigo, estabelece a retórica como metalinguagem, cuja linguagem-objeto é o discurso. Trata-se do “discurso sobre o discurso” (Barthes, 1975, p. 149). Explica-nos que o discurso retórico comportou várias práticas simultaneamente; isto é, o exercício retórico concretiza-se como uma técnica, uma ciência, uma prática pedagógica, uma prática moral, uma prática lúdica e outra social. Duas dessas práticas nos interessam particularmente: como prática moral e como prática social. Barthes explica:

Uma moral por ser um sistema de 'regras', a retórica está infiltrada da ambiguidade da palavra. Ela a faz simultaneamente um manual de receitas, animada por uma finalidade prática, e um Código, um corpo de prescrições morais, cujo papel é policiar (isto é, permitir ou limitar) os 'distanciamentos' da linguagem passional.

[...]

Uma prática social: a retórica é uma técnica privilegiada, já que só pagando se consegue adquiri-la, que permite às classes dirigentes assegurarem-se a propriedade da palavra. Sendo a linguagem um poder, ditaram-se regras seletivas de acesso a tal poder constituindo-a como pseudociência, fechada 'àqueles que não sabem falar', tributária de uma iniciação custosa (Barthes, 1975, p. 149).

Assim, temos que o exercício retórico – tecido por meio do discurso – compõe também um exercício moral presente na construção do *ethos* e do *pathos* pelo enunciador. Nos textos das mídias contemporâneas, há práticas enunciativas que arquitetam e consolidam valores morais, exatamente pelo fato de ser a voz daqueles que têm “a propriedade da palavra” e o controle da vida política – a voz dos grandes interesses políticos e financeiros expressa pela indústria da comunicação. Quando,

por exemplo, um jornal das dimensões da Folha de São Paulo publica, com destaque, que “Congresso derruba IOF e impõe derrota ao governo Lula” (26/06/2025), com expressões como “impõe derrota”, ou ainda quando publica “A derrota do governo no Congresso, na semana passada, com a derrubada dos decretos que aumentariam as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) indica...” (30/06/2025), vemos que a seleção lexical, a estrutura sintática das frases, entre outros aspectos, revelam que há uma arquitetura gramatical projetada em função da construção precisa do sentido de um governo com sérios problemas políticos com o Congresso. A ideia que se destaca é relativa aos problemas do governo, não há destaque sobre políticas públicas envolvidas, sobre os custos sociais da medida, sobre o jogo político. O realce da notícia é para o governo debilitado. São esses recursos retóricos, lexicais, sintáticos que, pouco a pouco, constroem um arcabouço semântico capaz de fornecer um sólido substrato para os valores ideológicos que estão em jogo.

Roland Barthes prossegue com a **Retórica Antiga** esclarecendo-nos que a retórica nasceu do processo de conquista da propriedade privada. Aproximadamente no século V a.C., na Sicília, as sublevações democráticas frente a tiranos levaram à mobilização de grandes júris populares. A eloquência poderosa dos tribunos, naquele momento, é fator decisivo nas conquistas jurídicas sobre a posse da terra. E aí que a retórica se torna uma arma imprescindível para as conquistas, sendo, então, alçada à categoria de disciplina. Assim, vemos que propriedade, retórica e poder são relações já traçadas desde o Período Clássico, e essas relações ainda podem ser constatadas neste início de século.

Toda essa reflexão a respeito da Retórica Clássica pode fornecer um direcionamento para a crítica da construção discursiva que temos em nossa sociedade de mercado. Isto está também assinalado por Roland Barthes, quando analisa a relevância da Retórica de Aristóteles frente aos estudos contemporâneos:

A Retórica de Aristóteles é, sobretudo, uma retórica da prova, do raciocínio, [...]; é uma lógica expressamente rebaixada, adaptada ao nível ‘do público’, isto é, ao bom-senso comum, à opinião corrente. [...]. Eis por que, *mutatis mutantis* e guardadas as proporções (históricas), ela conviria mais aos produtos de nossa cultura, dita de massa, em que reina o “verossímil” aristotélico, isto é, “aquilo que o público julga possível” (Barthes, 1975, p. 157).

Cada espetáculo, cada vídeo publicitário, cada reportagem transmitida pelas redes sociais digitais, pela TV, pela imprensa em geral, tudo se faz mediante

pesquisas de opinião para não ferir “aquilo que o público julga possível”. As pesquisas mercadológicas traçam rumos de acordo com o “bom senso” do público-alvo. Tem-se, então, a construção de um auditório dentro dos limites da verossimilhança. É preciso que os discursos respeitem o verossímil da família consumidora. A construção argumentativa deve orquestrar um sólido contrato enunciativo entre a voz das instituições dos mercados e o público – este estruturado a partir da lógica do indivíduo e submisso ao consumo. Barthes prossegue:

Quantos filmes, folhetos, reportagens comerciais, poderiam tomar como divisa a regra aristotélica: “Mais vale um verossímil impossível, que um possível inverossímil”: mais vale relatar aquilo que o público julga possível, mesmo que seja cientificamente impossível, do que contar o que na realidade é possível, se tal possível é rejeitado pela censura da opinião corrente (Barthes, 1975, p. 157).

Poderíamos imaginar que Barthes estivesse fazendo referência direta às *fake news* – dizer aquilo que o auditório quer ouvir e como ele quer ouvir: a narrativa, as ações pouco importam. Há uma retórica de massa construindo a verossimilhança em torno de campos lexicais definidos. Do ponto de vista do discurso, é a seleção lexical que estabelece quais são exatamente os temas articulados e como compor a construção semântica dos valores sociais ali tecidos. Trata-se da arena, do embate ético entre valores definidos por meio de campos semânticos fixados claramente. A seleção lexical, por exemplo, é um dos mecanismos discursivos que pode indicar como os mecanismos textuais se articulam para compor essa rede verossímil do discurso.

Observamos que o componente verbal dos discursos midiáticos atua de modo interligado ao componente imagético e, juntos, formam as significações dos textos sincréticos. Imagens, palavras, composição gráfica, cores, tudo forma um todo de sentido harmônico que perpassa e dá unidade aos discursos do mercado cultural. Notamos, então, que os mecanismos retóricos que sustentam o embate argumentativo, desde o Período Clássico, já eram motivo de preocupação por desempenharem um forte papel político na vida social. Há inúmeras diferenças entre a Antiguidade Clássica e nossos dias de pós-modernidade, mas os mecanismos de discurso são de natureza humana e se repetem – mesmo que aparentemente transformados por meio de tecnologias muito diversas. Se no mundo da Grécia Antiga eram os tribunos que utilizavam os mecanismos retóricos, no mundo do mercado são as grandes empresas de comunicação, as grandes plataformas digitais,

com tecnologia potente, que podem fazer uso da poderosa arma da argumentação e das estratégias do discurso.

A propriedade da palavra agora está nas mãos daqueles que representam a voz do mercado. Todo esse poder da comunicação envolvido na dimensão retórica pode ser observado no embate político desta última década entre os estados nacionais e as grandes empresas de comunicação digital, as *big tecs*. A questão da regulamentação da comunicação digital pelo estado envolve, tanto no Brasil quanto na União Europeia e no resto do mundo, uma discussão densa de caráter político e econômico. Todos querem assumir a construção do *ethos* de um enunciador poderoso.

Roland Barthes, seguindo nessa direção, esclarece a arquitetura do discurso, a construção do *ethos* do enunciador. O *logos*, o lugar do discurso, é aquele em que a racionalidade se apropria das crenças e fundamentos compartilhados, para consolidar valores racionais construídos socialmente. O discurso é precisamente o lugar do embate entre as forças culturais para se constituírem como valores morais compartilhados. Os estudos clássicos, expõe o Mestre francês, nos mostram que o enunciador, ao se dirigir ao enunciatário, constrói, por meio do discurso, simultaneamente, a si mesmo (o *ethos*) e ao outro (o *pathos*) que o escuta. Conforme vai elaborando e pronunciando o discurso, o enunciador-orador vai tecendo sua própria *persona* – a máscara pública – e, ao mesmo tempo, tece a figura do auditório (o *pathos*) que vai tomando, pouco a pouco, a forma moldada pelo discurso. O sucesso ou não desse *teathrum mundi* vai se dar se a argumentação discursiva for poderosa a ponto de envolver o auditório suficientemente para moldá-lo de acordo com as pretensões éticas e morais do orador.

Simultaneamente à construção do *ethos*, há a construção do *pathos*, ou seja, o estado de espírito do auditório. A construção do *pathos* é a construção do auditório pelo enunciador do ponto de vista perceptivo, patêmico e cognitivo. O discurso, o *logos*, tem a incumbência de tornar os movimentos da alma submetidos às diretrizes da razão e da moral. Ninguém pode ser julgado pelos afetos, porque não tem culpa por senti-los, mas podemos ser avaliados pelo que fazemos com nossos afetos.

O *logos* tem a incumbência de levar os limites da razão ao auditório, construindo estados de alma que levem aos valores da virtude. Todo esse mecanismo retórico exposto por Roland Barthes torna-se cada vez mais adequado para observarmos os discursos políticos brasileiros – essa construção do *logos* (do discurso) por meio da qual o enunciador conclama os “estados de alma” que levem

aos valores da virtude, de “Deus, Pátria e Família” – frase essencial usada na construção de políticos brasileiros deste século.

Toda essa explanação barthesiana leva à constatação de que as ideias propostas por Barthes fornecem caminhos para a compreensão dos sistemas semânticos que traduzem a cultura contemporânea. A partir do olhar semiológico barthesiano, tem-se a busca dos mecanismos retóricos contemporâneos que desvendem os sistemas de significação da modernidade.

3. BARTHES E O EFEITO DO REAL

Dentro dessa perspectiva, é possível, mais uma vez, observar a construção do *ethos* nos discursos da comunicação digital. A constituição do enunciador mecânico, eletrônico, digital, artificial e operado por meio de modelos estatísticos sofisticados implementados no campo da alta tecnologia; o *ethos* da não pessoa, do não sujeito, um *ethos* com sujeito impessoal, uma subjetividade do objeto. O encontro de diversas tecnologias – plataformas digitais, impressão 3D, robótica avançada e outras – acaba por constituir um enunciador erguido a partir de algoritmos de alta tecnologia: o enunciador artificial.

Esse enunciador artificial, produto das retóricas deste século, vai encontrar, em um outro Barthes, caminhos que possam auxiliar a desvendar essa nova retórica da não pessoa. Trata-se de Barthes d’**O Efeito do Real** (1984), publicado em 1969 pela Revista Communications. Nesse trabalho, o autor mostra, mais uma vez, as estratégias retóricas do mundo contemporâneo por meio das quais o discurso das classes de poder político e econômico transformam a história em natureza, ou seja, as construções históricas são, então, tratadas como natureza, como propriedade orgânica e natural.

Todas as operações descritas nas Mitologias são ainda mais elucidadas quando as páginas d’**O Efeito do Real** (1984) nos revelam as estratégias do discurso burguês, tão bem representadas pelo Realismo, por meio das quais a descrição – os “pormenores supérfluos”, os “luxos da narração” – deixa de ter uma função estética e passa a ter uma função referencial e, assim, torna-se elemento essencial na condução da narrativa.

Se pensarmos, hoje, na comunicação digital, nas redes sociais eletrônicas, nas grandes plataformas, tudo isso compõe um universo descritivo de imagens, de

pormenores, de produtos, de blusas, de bolsas, de bolos, de tortas, de automóveis, de *mitologias*, enfim, são as fotos dos detalhes, dos “pormenores supérfluos” que acabam por exercer a função referencial do discurso.

O artigo **O Efeito do Real** (1984) é um estudo desafiador sobre a descrição e os adjetivos a partir do advento do Realismo burguês. O estudo da descrição e da função adjetiva ocupa em Barthes o lugar de ponto de encontro entre o crítico literário e o linguista, o ponto de encontro entre o olhar da retórica, da teoria literária e da semântica e lexicologia. A descrição e os adjetivos efetuam, a partir do discurso do realismo, o roubo do verossímil: a verossimilhança dada pelas ações da narrativa está, agora, a cargo dos epítetos, dos adjetivos, do descritivo. Essa é uma das preocupações fundamentais da obra bartheseana exposta em **O Efeito do Real**.

No entanto, há outras obras onde é possível observar inúmeros momentos de destaque da descrição e dos adjetivos; em **Barthes por Barthes** (1977), por exemplo, o autor nos explica que a descrição “finge” dar vida à narrativa e que o adjetivo “finge” dar realidade e vida ao objeto, mas a descrição e o adjetivo delimitam, impõem fronteiras e restrições. O autor prossegue afirmando os adjetivos como o lugar da moral e do juízo no discurso.

Esse lugar decisivo do adjetivo e da descrição o levam a vários caminhos, e esses percursos, essas reflexões estão muito bem expostas no artigo **O Efeito do Real**. Nesse texto, Barthes nos ensina que a língua dá existência e sentido ao real. O autor repensa o contrato sógnico na visão saussuriana, levando a uma discussão sobre o referente, sobre a referência que é construída no e pelo discurso.

O Efeito do Real é um artigo que discute o Realismo como forma de expressão burguesa e como essa literatura burguesa repensa e reconstitui os valores clássicos. Partindo da discussão sobre o papel da descrição em Flaubert e em toda estética realista, o texto discute a reconstrução do mundo clássico que vai além do discurso literário.

Há uma reconstrução do contrato sógnico que impõe uma nova forma de pensamento compatível com o pensamento científico-burguês firmado no Iluminismo. Trata-se de um novo verossímil, o verossímil burguês tão bem apresentado na obra de Flaubert; o verossímil desenhado a partir dos adjetivos e alicerçado pela descrição. A verossimilhança burguesa se distancia da narrativa, das ações, e se baseia em adjetivos, em descrições, em retratos, em imagens, em *mitologias*, em tudo que descreve a cena. Tudo isso ganha ainda mais atualidade

quando se tem em vista as redes sociais, os grandes espetáculos, a comunicação digital em tempo real e outras formas descritivas que vêm carregadas dos mais diversos modos de adjetivação e, conseqüentemente, de juízos.

Barthes nos mostra que as grandes articulações da narrativa, até a presença do realismo, estão habituadas a colocar de lado a “descrição de pormenores inúteis” (Barthes, 1984, p.88) dotados de valor simbólico, os quais não participam das alternativas e escolhas traçadas pela narrativa e não se justificam por qualquer finalidade na ação. No entanto, esses “pormenores inúteis”, diante da estética realista, desempenham um papel essencial no tecido narrativo.

Para compreender a função adjetiva da descrição, é preciso considerar o percurso histórico da cultura ocidental que a recoloca na Retórica. A descrição na Retórica Clássica está a serviço do belo, ocupa função estética. A Retórica adiciona ao jurídico e ao político o epidíctico (discurso do aparato); trata-se do epíteto, do enfeite que está destinado à admiração do auditório, não à persuasão. Na Antiguidade Clássica e na Idade Média, a descrição não está submetida a qualquer realismo, pouco importa a verdade, a única restrição é do próprio gênero descritivo: o verossímil não é aqui referencial, mas, sobretudo, abertamente discursivo; são as regras genéricas do discurso que impõem a lei (Barthes, 1984, p.90).

O roubo apontado por Barthes da verossimilhança narrativa pela descrição e pela função adjetiva encontra eco em todo o discurso da comunicação social da modernidade. Não há necessidade de histórias nem de narrativas verossímeis, bastam os epítetos, os pormenores, bastam as imagens que o verossímil já está construído. No verossímil construído a partir da estética realista, as imagens, os pormenores, os adjetivos impregnam o discurso de verossimilhança, não se faz necessário prestar atenção na história, qualquer narrativa, quando bem descrita e adjetivada com competência, torna-se crível. Esta reflexão bartheseana pode ser um caminho promissor para entender as construções das *fake news*; ou seja, qual o papel dos epítetos, dos detalhes, das imagens e dos juízos que cada adjetivo comporta no efeito de real que cada *fake news* carrega.

A finalidade estética da descrição está, agora, envolvida em imperativos realistas, como se a exatidão do referente comandasse e justificasse por si só a sua descrição ou denotação. As imposições estéticas interpenetram nas imposições referenciais, e a função estética mistura-se à função denotativa. A função denotativa guia e delimita a função estética, evitando que esta fique à deriva, porque, do ponto

de vista estético, há “sempre um canto, um pormenor, uma inflexão a relatar” (Barthes, 1984 p.92). A aparente submissão da função estética em relação ao referente evita uma ameaça à objetividade. A objetividade está assegurada e o discurso está livre das imperfeições da subjetividade que possam abalar a verossimilhança e assegurar a veracidade; este é o efeito do real que garante o dizer verdadeiro, também, das *fake news*.

Roland Barthes prossegue explicando que a estrutura narrativa denota aquilo que se chama de real concreto (pequenos gestos, atitudes transitórias, objetos insignificantes), do que é constatável positivamente pelo exercício empírico. Na sociedade do século XX e, também, do século XXI, há referência obsessiva ao concreto no mundo contemporâneo, há “uma necessidade incessante de autenticar o real: fotos, exposições de documentos e objetos, turismo histórico, tudo isto nos diz que o real tem a reputação de bastar-se a si próprio” (Barthes, 1984, p.94).

É como se a enunciação do real não tivesse a necessidade de ser integrada numa estrutura narrativa e que o ‘ter estado lá das coisas’ é um princípio suficiente da palavra. Esta afirmação barthesiana se confirma nas primeiras décadas do século XXI, quando viagens, congressos, reuniões, eventos, tribunais, competições esportivas, tudo precisa ser confirmado por meio de fotos e postagens nas redes sociais; mais uma vez, temos a presença necessária dessa “necessidade incessante de autenticar o real”.

O real sempre esteve, desde a Antiguidade, ao lado da história, mas era para melhor se opor ao verossímil (à mimese). Toda cultura clássica viveu com a ideia de que o real não poderia de forma alguma contaminar o verossímil, porque este está do lado da doxa e porque a história é geral e não pode se deixar levar por pormenores particulares. A narrativa realista renuncia a esse divórcio entre o real e o verossímil presente desde a Antiguidade: o realismo literário se apropria do reino da história objetiva e instala uma ruptura entre o verossímil antigo e o realismo moderno com um novo verossímil, com enunciações creditadas pelo referente.

A renúncia, apontada por Barthes, entre o real e a verossimilhança, entre a história e a mimese, efetuada a partir do Realismo, encontra eco na comunicação digital deste século. A história precisa, agora, submeter-se às regras do verossímil midiático, conduzido por algoritmos e a serviço das grandes corporações. Mais uma vez, as ações da narrativa estão submetidas ao descritivo e aos adjetivos presentes nas fotos, detalhes e imagens publicadas nas redes sociais digitais.

4. BARTHES E AS MITOLOGIAS

As **Mitologias** (1987) são apresentadas por Barthes em meados do século XX e tratam da transgressão, da inversão do mito clássico que não mais se sustenta pelas ações das narrativas, mas, agora, aparece como fala, como discurso: “O mito é uma fala”(Barthes, 1987, p.131). A ação é esvaziada e perde a dimensão narrativa; assim, o mito passa a estar ao lado da descrição, dos adjetivos, dos epítetos. Para entender esse percurso de constituição das *mitologias barthesianas*, é necessário observar um contexto mais amplo. Trata-se de uma obra que é publicada, pela primeira vez, em 1957 e que está presente, de alguma forma, em vários momentos do autor. Essas *mitologias* tornam-se um eixo sobre o qual se desenvolve o pensamento barthesiano em busca de compreender as estratégias discursivas responsáveis pela construção do “sistema simbólico e semântico” que direciona a sociedade contemporânea.

Tanto **A Retórica Antiga** quanto **O Efeito do Real**, ambos – assim como tantos outros –, são textos que completam, contextualizam e embasam as propostas de **Mitologias**. Quando Barthes diz que “o mito é uma fala” traz consigo a ideia da subversão retórica operada pela estética realista, do roubo das ações da narrativa em benefício da descrição, dos pormenores, dos epítetos.

É necessário ter uma visão mais abrangente e compreender as bases do pensamento do autor em alguns pilares da linguística. Saussure, Hjelmslev, Benveniste e Jakobson são nomes essenciais; todavia, para a compreensão das mitologias propriamente ditas as atenções estão, principalmente, sobre os dois primeiros nomes citados. O signo saussuriano é a base de toda a concepção de significações proposta por Barthes. O signo, o significante e o significado formam a base a partir da qual se erguem as *mitologias* e toda a teoria que as sustenta. Não se trata do signo como representação, tal qual a proposta peirceana, mas o signo como valor, como identidade e diferença, como o que cria significados.

Louis Hjelmslev é o nome decisivo para que se entenda a constituição das *mitologias* na obra barthesiana. Nome fundador do Círculo de Copenhague, com Brondal e outros, ele se encarrega de repensar e desenvolver as diretrizes saussurianas, principalmente, relacionadas à ideia de língua como sistema de signos. Hjelmslev redimensiona o signo saussuriano no contexto lógico e semiótico. A relação entre significante e significado passa, então, a assumir um caráter lógico e é, agora,

reconhecida como função entre dois planos, plano da expressão e plano do conteúdo: uma relação de dependência entre expressão e conteúdo.

Barthes situa a Semiologia proposta por Saussure em bases hjelmslevianas, uma semiologia na qual significante e significado contraem a função semiótica, a relação lógica de dependência estabelecida pelo Círculo de Copenhague. Traça uma semiologia dos objetos da modernidade por meio signo hejelsleviano e vai além da língua, ressalta a presença de várias linguagens compondo os discursos da comunicação social contemporânea.

As relações de significação presentes em **Mitologias** (1987) estão baseadas, exatamente, no modo como a sociedade contemporânea dimensiona o contrato sógnico, a relação entre expressão significante e o conteúdo. Os *mitos* da modernidade são signos segundos; o mito contemporâneo é um sistema semiológico segundo, é um sistema particular constituído por uma significação que existia antes dele. Se pensarmos na *bandeira brasileira* no contexto de uma descrição de algum órgão público – tribunais, delegacias e outros – temos um sentido primeiro de *bandeira brasileira*, o sentido dado pela língua portuguesa. No entanto, se a mesma expressão *bandeira brasileira* estiver no relato jornalístico do espetáculo da cantora Madonna, no verão de 2024, na praia de Copacabana, essa expressão *bandeira brasileira* assumirá um novo significado, isto é, o signo *bandeira brasileira* passa a compor uma constelação de mitologias que vai de artistas, de ativistas políticos a florestas, a catástrofes climáticas ou logomarcas de banco.

A fala mítica é formada por uma matéria já trabalhada. O sentido primeiro continha um sistema de valores, uma história. O mito das sociedades de mercado esvazia essa significação e transforma-a numa forma vazia, pronta para ser restituída com um valor de equivalência que lhe permite circular nos discursos da comunicação social cotidiana. O mito é um parasita. A relação que une o conceito do mito ao novo sentido é uma relação de deformação. O mito aparece como um objeto mágico, surgindo no presente, sem nenhum rastro da história que o produziu. O mito não esconde e nem ostenta nada: deforma.

Se atentarmos para o mesmo espetáculo na praia de Copacabana, vemos a *bandeira brasileira* no palco em meio a bailarinos em coreografias ousadas, a fotos de ativistas políticos e com uma grande logomarca de banco compondo a retaguarda da cena. Tudo com um valor de equivalência que restitui a toda essa constelação mitológica a capacidade de circulação na comunicação discursiva cotidiana. O

discurso dos mitos contemporâneos não nega a história, purifica-a, a esvazia; a transforma em natureza. O mito opera uma desconexão entre sujeito e objeto: o sujeito histórico é alienado e a história é roubada, reificada.

Toda essa análise presente nas **Mitologias** dos anos cinquenta do século passado vai ser revista e reafirmada no pelo autor no artigo **Mitologias Hoje** (2012), de 1971. Barthes retoma os pontos principais apresentados há mais de uma década e deixa claro que as *mitologias* contemporâneas são uma representação coletiva, uma representação que “deixa-se de ler nos enunciados anônimos da imprensa, da publicidade, do objeto de grande consumo social” (p.76). Trata-se de um reflexo invertido: inverte a cultura em natureza. O social, o cultural, o ideológico, o histórico transforma-se em natural. Tudo aquilo que não passa de um produto social é apresentado como “óbvio por natureza” (p.77). Os fundamentos históricos e sociais passam a ser o bom senso, as leis, o Direito. Reafirma, no texto de 1971, a descontinuidade do mito contemporâneo, sem grandes narrativas, fragmentado, cheio de fraseologias e estereótipos. Essas *mitologias* estendem-se pela modernidade, apresentam uma gramática da construção dos sistemas simbólicos não só do século XX, mas, também, do século XXI.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este breve artigo procura apontar alguns aspectos da teoria bartheseana que podem nos auxiliar a compreender a construção dos significados dos discursos da comunicação social contemporânea. Seleccionamos, na vasta obra do autor, apenas quatro textos emblemáticos do pensamento de Roland Barthes. As **Mitologias** (1987), como o ponto essencial sobre o qual as ideias bartheseanas vão tomando forma; **A Retórica Antiga** (1975) e **O Efeito do Real** (1984), como obras que descortinam as artimanhas da retórica dessas *mitologias* contemporâneas; e **A Aventura Semiológica** (2002), como uma explicação valiosa da proposta bartheseana: repensar os mitos além dos clássicos e, ao mesmo tempo, além de uma “boa consciência pequeno-burguesa” (Barthes, 2002, p. 525). São momentos importantes dessa valiosa herança, contudo, ainda, há muito mais. São contribuições sobre semântica, sobre literatura, sobre teatro, sobre história, enfim, sobre o mundo da modernidade que o Mestre antevia.

Para finalizar estas considerações, é preciso frisar, mais uma vez, que não se pode deixar de lado o olhar barthesiano quando se busca compreender as estratégias dos discursos deste século. Discursos, por vezes, aparentemente cheios de contradições ou descabidos perante o contexto social, mas, que, na realidade, formam uma rede de significações coerentes por meio dos mecanismos retóricos das *mitologias* e, assim, completam-se e se reafirmam continuamente.

Essa aparente desconexão está presente, por exemplo, no caso dos discursos que aparecem em toda a imprensa brasileira e que tratam, com destaque, das ligações entre o coração financeiro do Brasil e uma das mais poderosas organizações criminosas do país (Veja Negócios, 2025), em pleno século XXI. Os jornais trazem notícias sobre a utilização pelo crime organizado das chamadas *fintechs* – empresas do mercado financeiro que operam altos valores econômicos a partir de tecnologias sofisticadas carregadas de toda a impessoalidade do mercado.

Temos aí uma questão da esfera econômica, da esfera jurídica e da esfera política, porém todas sustentadas pelo discurso. Há uma gramática e uma retórica que se realizam como uma “prática moral” (Barthes, 1975, p. 149) capaz de sustentar os valores morais da sociedade, sejam eles quais forem.

Mais do que isso, tem-se um valor de equivalência que se instala nas morfologias contemporâneas e com isso lhes atribui uma identidade e a capacidade de circulação no universo deste século. Constitui-se, assim, a significação que guia a comunicação social e os rumos do cotidiano. Trata-se de uma significação que comporta um valor de essência retórica, discursiva. O valor de origem linguística – não se pode esquecer “o mito é uma fala” – que se ergue a partir de um jogo entre semelhanças e diferenças que se consolidam como identidades.

É nesse contexto que se adentram, no sistema simbólico e semântico da sociedade, as relações traçadas entre o crime organizado e os pilares do sistema financeiro; relações já instituídas de um valor de equivalência que lhes permite circular na comunicação social. As *mitologias* não negam a história; contudo, esvazia-a, rouba-lhe o sentido original, deforma, naturalizando a forma corrompida por meio dos discursos da comunicação social. Assim acontece com as relações entre a construção da riqueza, por meio da lógica financeira, e o crime, a violência, o ilegal. Há, antes de tudo, um esvaziamento e uma inversão: o que é social é apresentado como “óbvio por natureza” (Barthes, 2012, p. 76).

A riqueza e o dinheiro compõem as *mitologias* do mercado financeiro que, diante dos valores do pragmatismo e da funcionalidade, incorpora-se a significados como ilegalidade e violências. As notícias da imprensa funcionam, de acordo com Barthes (1987, p.170), como vacina, isto é, uma das estratégias da construção das mitologias. A vacina permite confessar o mal para melhor camuflá-lo. Se o sistema financeiro, comandado por meio de alta tecnologia, tem falhas e desvios de legalidade, isso lhe é conferido *naturalmente* por intermédio do valor de equivalência, impregnado nas mitologias da comunicação social, que lhe permite a circulação no cotidiano de comunicação como parte do *teathrum mundi* orquestrado pelas sociedades de mercado.

Observa-se, por meio dessa breve reflexão sobre as notícias abordando as *fintechs* e as facções criminosas, que o Mestre francês aponta os meios de desenvolver cientificamente, utilizando uma teoria que não deixa de ser uma *aventura*, a análise dos processos por meio dos quais as elites políticas e econômicas convertem a própria cultura de classe histórica em natureza universal. Barthes propõe uma gramática da modernidade. Uma gramática que dê conta da construção social do sentido na comunicação social contemporânea.

O mundo do espetáculo, o avanço tecnológico, a comunicação digital, tudo já está nas linhas e entrelinhas da escritura barthesiana. As *mitologias* tornam-se cada vez mais contemporâneas: detergentes, plásticos, armas de fogo, personalidades artísticas, militantes políticos, computadores, tudo forma um sofisticado sistema gramatical capaz de construir discursos que impregnam de um valor de equivalência todos os sujeitos e objetos da comunicação contemporânea.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no Discurso - a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. *A Ética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.
- ARISTÓTELES. Poética. In: *A Poética Clássica*. Tradução Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1988.
- ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Paris: Librairie Générale Française, 1991.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Nacional - EDUSP, 1976.

BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In: COEN, J (org.). *Pesquisas de Retóricas*. Petrópolis: Vozes, p. 143-221, 1975.

BARTHES, Roland. *Barthes por Barthes*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BARTHES, Roland. O Efeito de Real. In: BARTHES *et al.* *Literatura e Realidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: DIFEL, 1987.

BARTHES, Roland. *O Grau Zero da Escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTHES, Roland. L'Aventure Sémiologique. In: Barthes, R. *Ouvres Complètes*. v. IV Paris: Seuil, 2002, p. 521-526.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2007.

BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2012

CONTANI, Miguel Luís; GUERRA, Maria José. *Barthes 100 - ideias e reflexões*. Londrina: EDUEL, 1917.

FIORIN, José Luís. O Ethos do Enunciador. In: CORTINA, Arnaldo e MARCHEZAN, Renata Coelho (org.). *Razões e Sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL - UNESP, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. Congresso derruba IOF e impõe derrota ao governo Lula e outras notícias do dia. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/pol%C3%ADticas/governo/congresso-derruba-iof-e-imp%C3%B5e-derrota-ao-governo-lula-e-outras-not%C3%ADcias-do-dia/ar-AA1HsYcl>. Acesso em: 04 de julho de 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. A derrota do governo no Congresso, na semana passada, com a derrubada dos decretos que aumentariam as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/derrota-no-congresso-agrava-dificuldade-eleitoral-de-lula-para-2026/ar-AA1HGv9F>. Acesso em: 04 de julho de 2025.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LALLANDE, André. *Vocabulario Técnico y Crítico de la Filosofía*. Buenos Aires: El Ateneo, Vol. I e II, 1953.

KYLE. Madonna - The Celebration Tour in Rio. Disponível em: <https://odysee.com/Kyle:d7/MadonnaTheCelebrationTourinRio:e?src=embed>. Acesso em: 04 de julho de 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos em Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

SAUSSURE, Ferdinand. *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Parábola, 2004.

VEJA NEGÓCIOS. Como PCC usou ‘paraíso fiscal’ de fundos e fintechs em esquema bilionário.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/como-pcc-usou-paraíso-fiscal-de-fundos-e-fintechs-em-esquema-bilionario/>

Acesso em: 04 de agosto de 2025.